



José Gabriel Ávila*

POA 2030 tem lacunas graves

Nos últimos meses, em virtude da pandemia, tem-se falado muito da importância e dos efeitos que a “basuca” europeia vai proporcionar aos países mais atrasados da União, em setores económicos, sociais e ambientais fundamentais para o seu desenvolvimento e das respetivas populações.

As forças políticas concorrentes à última campanha, infelizmente, não colocaram na sua agenda esse tema, e teria sido importante, mais não fosse para que se impedissem as questões parciais que visaram ataques e críticas ao partido do poder num bota-abixo que escondeu a inexistência de propostas alternativas.

Ainda o Governo da República não tomou posse e eis que surge, em consulta pública, “*A anteposta do Programa Operacional Açores (POA) 2030, [que] sintetiza um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2030, da Estratégia Portugal 2030, das linhas orientadoras do Acordo de Parceria Nacional e dos princípios de orientação estratégica regional.*”¹

Trata-se de um documento de 60 páginas, onde o Governo dos Açores explica os projetos e ações que devem ser realizados até ao fim da década para aproximar o arquipélago dos patamares de desenvolvimento que nos separam da média europeia, contanto para o efeito com um envelope financeiro de 1.140 milhões de euros - 690 do FEDER e 450 milhões do FSE+.

Não é fácil ao cidadão comum emitir parecer sobre temas tão complexos para o nosso crescimento que, ao mesmo tempo, respondam às atuais linhas de rumo da UE.

Pode parecer que elas se afastam dos problemas com que nos confrontamos, mas, na realidade, não é assim.

O poder executivo da Comissão Europeia, exerce-se, primeiramente, a partir dos mecanismos de consulta aos parceiros sociais dos 27, para que os programas tenham exequibilidade e eficácia.

O documento regional, parece, a meu ver, de algumas lacunas que, não sendo contempladas no POA imedirão os objetivos pretendidos.

Refiro-me à questão demográfica, ao aperfeiçoamento e melhoria dos cuidados primários de saúde, aos transportes marítimos de passageiros e viaturas entre as nove ilhas e ao desenvolvimento de novas energias renováveis em “off-shore”.

Sem gente não há crescimento económico, não há progresso social, não há saída para as ilhas menos populosas, aumenta a pobreza e agravam-se as periferias.

Se o envelhecimento populacional inquieta a Europa, deve preocupar ainda mais os responsáveis regionais e locais deste pequeno arquipélago atlântico, embora de dimensão marítima considerável.

Enquanto o declínio e o envelhecimento populacionais não forem o ponto de partida - a base - da análise sócio-económica, a solução para o nosso atávico fraco crescimento continuará adiada. A leitura do documento parece-me esquecer esta questão que deveria ser planeada juntamente com as questões da família, da habitação, da educação e formação profissional, do desemprego, etc, etc.

O inverno demográfico, como é uso dizer-se, origina a desertificação, o abandono da ilha, impede cuidados e serviços de saúde adequados e parcialmente diferenciados a que todos têm direito, e provoca o fenómeno crescente da migração interna. O documento diz apenas: “*tornou-se premente a promoção de investimentos em infraestruturas para idosos, na sua ampliação e melhoria, incluindo centros de dia e cuidados continuados integrados.*” (p.47)

Sobre o transporte marítimo de passageiros e integrado no desenvolvimento da mobilidade, cuja dotação ascende aos 136 M€, afirma-se que o fluxo de passageiros aumentou 29%. Todavia, nenhum investimento destinado à aquisição, reparação, substituição e aluguer de embarcações destinadas a viagens de um extremo ao outro do arquipélago é mencionado. A dotação orçamental vai para o sistema portuário.

Considero uma imprudência esta lacuna, pois é de admitir que o número de passageiros aumente no Triângulo. Os antigos “cruzeiros” têm

um limite de durabilidade e já não oferecem a comodidade dos seus “irmãos” mais novos que, de tempos a tempos, também carecem de vistoriação.

Parece evidente que, ao contrário das promessas eleitorais e da garantia de interrupção por dois anos da operação dos navios ferries, eles deixaram de fazer parte do pacote da mobilidade, seja entre São Miguel e Santa Maria, seja desta com as restantes ilhas.

Esta insensibilidade e desconhecimento das vivências insulares é tanto mais grave, quanto é fundamental a existência de meios de transporte complementares às vias marítima e aérea.

Espero que o Parlamento, nomeadamente os deputados das ilhas mais pequenas, corrijam esta falha grave e façam ver aos responsáveis que importa olhar de outro modo para as potencialidades do transporte marítimos de passageiros, viaturas e mercadorias como fator de coesão e de desenvolvimento do mercado regional.

O Plano Operacional dos Açores 2030, parece-me um documento desigual: nalgumas áreas as tipologias de ação são bastante pormenorizadas; noutras, as intenções são tão vagas que nem passaram do papel.

De qualquer modo, caberá a esta geração e aos seus representantes aproveitarem a oportunidade que os substanciais fundos europeus nos oferecem para sairmos da letargia e do atraso em que nos encontramos.

Esta é a hora de unirmos esforços e vontades para pensar os Açores como um todo, sem excluir nenhuma parcela, pois todas elas são o Arquipélago.

Que os responsáveis e agentes políticos, empresariais, sindicais, educativos e culturais se empenhem em dar o melhor do seu esforço e competência a esta nova fase do desenvolvimento dos Açores, deixando de lado interesses mesquinhos e de grupo.

A bem dos Açores!



Bibliografia:
1 <https://portal.azores.gov.pt/web/prgra/-/programa-operacional-acores-2030-1>

<http://escritemdia.blogspot.com>

*Jornalista c.p.239 A